



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

55º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

GRUPO TEMÁTICO III

QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos.

DISSERTAÇÃO (No máximo 60 linhas)

A aparente antinomia da norma civil codificada e a lei processual, relativamente ao sistema de incapacidades preconizado pela Lei nº 13.146/15, na definição da curatela.

Discorra sobre os aspectos jurídicos essenciais do tema proposto, abrangendo o conceito, as características do instituto, o conflito normativo e as atribuições do Ministério Público.

QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos.

(No máximo 25 linhas)

Com relação aos recursos interpostos contra decisões publicadas antes de 17/03/2016 (entrada em vigor do novo Código de Processo Civil), mas cujo julgamento ocorrerá após o início da vigência do novo diploma, indaga-se:

- a) No que tange ao juízo de admissibilidade do recurso, qual deverá ser o Código de Processo Civil aplicado?
- b) Além disso, devem incidir, à espécie, os dispositivos previstos no art. 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, ambos do atual Código de Processo Civil?

As respostas, além de devidamente fundamentadas, deverão trazer o posicionamento atual do STJ a respeito do tema em comento.

QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos.

(No máximo 25 linhas)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Quais requisitos devem estar preenchidos para o deferimento do pedido de indisponibilidade de bens, previsto no artigo 7º da Lei nº 8.429/92? Esses requisitos, à luz da sistemática trazida pelo novo Código de Processo Civil, amoldam-se aos requisitos necessários à concessão de qual tipo de tutela provisória? A resposta deve estar em harmonia com o posicionamento consolidado do STJ.

QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos.

(No máximo 25 linhas)

Discorra sobre os negócios jurídicos processuais, conceituando os unilaterais, os bilaterais e os plurilaterais. Cite, para cada classificação, um exemplo. Disserte, ainda, sobre a necessidade de homologação judicial dos negócios processuais, especificando em quais casos o pronunciamento judicial é necessário e em quais ele é prescindível. Por fim, identifique em quais litígios é vedada a celebração desse tipo de negócio.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Exigir-se-á do candidato razoável nexos de compreensão e alcance entre a resposta e a questão formulada, além de uma mínima consistência na argumentação jurídica.**
- 2) A mera transcrição dos dispositivos legais não será considerada.**
- 3) Observe o limite de linhas fixado pelo examinador para a resposta, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes.**
- 4) Utilize folhas distintas para a resposta das questões (observe a numeração da marca d'água).**